

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.366 - SP (2018/0329465-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MILTON DE PAULA RIBEIRO
ADVOGADO : MARCOS BIZARRIA INEZ DE ALMEIDA - SP162188
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **MILTON DE PAULA RIBEIRO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que foi instaurado inquérito policial em desfavor do recorrente para apurar prática de crime contra a ordem tributária.

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem, pleiteando o trancamento do IP por ausência de justa causa.

A ordem foi denegada, conforme a seguinte ementa:

"*Habeas Corpus*. Crime contra a ordem tributária. Inquérito policial. Trancamento. Apreciação inédita da matéria apta a caracterizar inaceitável supressão de instância. Impossibilidade, ademais, de se comprovar, de plano, ausência de justa causa. Alegação que demanda exame do conjunto fático-probatório, algo incompatível com a estreita via cognitiva do "writ". Constrangimento ilegal não evidenciado de imediato. Ordem denegada liminarmente, dispensadas informações da autoridade apontada como coatora." (e-STJ, fl. 517).

Nas razões recursais, a defesa alega que o procedimento investigatório carece de justa causa pois a conduta do recorrente é atípica. Aduz que "a conduta que gerou a autuação fiscal (correção monetária de crédito extemporâneo de ICMS), não se subsume a nenhum tipo penal ..." (e-STJ, fl. 530).

Afirma ainda que o acusado aderiu ao programa de parcelamento, que está em atraso por questões de crise econômica. Nesse sentido, entende que a instauração do inquérito é "uma tentativa de cobrança de forma oblíqua, com a finalidade de coagir o recorrente ao pagamento de prestação em atraso do parcelamento efetivado, pois inexistente infração penal." (e-STJ, fl. 535).

Requer o provimento do recurso para determinar o trancamento do inquérito policial n.º 314/2016.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, vale frisar que, "nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal ou inquérito policial/procedimento investigativo por meio do *habeas corpus* é medida excepcional". Por isso, será cabível somente "quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito." (RHC 110.327/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019.).

Superior Tribunal de Justiça

Em relação à atipicidade da conduta do recorrente, tal como destacado pelo TJSP, "as alegações de existência de autorização legal para a correção monetária do ICMS, inconstitucionalidade da majoração da alíquota do aludido tributo, bem como de bitributação se confundem com o mérito da causa e, por óbvio, não podem ser aqui apreciadas, mormente porque o habeas corpus não comporta dilação probatória, devendo a questão ser dirimida no processo de conhecimento, através do qual as partes poderão observar os meios de prova admitidos a fim de formar o convencimento do juízo." (e-STJ, fl. 521).

E, de fato, tratando-se de suposto crime em apuração, ainda na seara investigativa, não há como, sobretudo nesta via mandamental, afirmar que a conduta que gerou a autuação fiscal diz respeito unicamente à correção monetária de crédito extemporâneo de ICMS, e que, portanto, não se subsume a nenhum tipo penal. É matéria, portanto, que impescinde da análise de todo o arcabouço-probatório na origem, tarefa afeta às instâncias ordinárias.

Quanto à adesão do recorrente ao programa de parcelamento do débito, conforme indicou a Corte paulista, "consoante ofício oriundo da Secretaria da Fazenda (fls. 454), **o parcelamento ao qual a empresa administrada pelo paciente aderiu deixou de ser honrado em 10 de junho de 2015**, de modo a propiciar o rompimento do acordo, circunstância que, como decorre nítido, autoriza o início ou até mesmo a retomada das investigações para a apuração de eventual crime contra a ordem tributária." (e-STJ, fl. 520, grifou-se). Assim, considerando que o programa de parcelamento não se encontra em pleno cumprimento pelo acusado, não há qualquer constrangimento ilegal a ser reparado nesse ponto, permitindo eventual suspensão do IP.

A propósito, sobre o tema, destacou o em. Ministro Jorge Mussi, no julgamento do AgRg no REsp 1247327/SC: "Ademais, não obstante o agravante tenha pugnado pela juntada posterior de documentação comprobatória da aludida concessão do parcelamento, é certo que tal providência não pode ser concretizada em recurso especial, haja vista a necessidade de uma maior dilação probatória **para aferir se, de fato, houve a referida concessão e esta encontra-se, na atualidade, vigente (com o regular adimplemento das parcelas), de modo a implicar a suspensão da ação penal.** (AgRg no REsp 1247327/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 18/11/2016, grifou-se).

Dessa forma, não vislumbro constrangimento ilegal a permitir o provimento do recurso, com a concessão da ordem nessa instância.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recuso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator